



**CLIPPING INTERNET**  
**27/04/2020 ATÉ 27/04/2020**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 SITE G1 MARANHÃO.....	2
3	PRESIDÊNCIA	
	3.1 BLOG AQUILES EMIR.....	3
	3.2 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	4
	3.3 SITE O MARANHENSE.....	5
4	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	4.1 BLOG DIEGO EMIR.....	6
	4.2 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	7

## **Tribunal de Justiça**

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, apresentou, nesta segunda-feira (27), as metas específicas da sua gestão para o biênio que se inicia, de abril de 2020 a abril de 2022. O primeiro item, dos 28 da lista, é implantar, em caráter definitivo, a Gestão Documental no TJMA, incorporando-a como política permanente de cunho institucional. A inserção do TJ no Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e a inauguração do Memorial da Justiça Estadual também estão nos planos da gestão.

## **Duarte conquista na Justiça a cobertura integral e sem limite de sessões de terapia ABA para pessoas com autismo**

Neste semana, o deputado estadual Duarte Jr (Republicanos) informou que conseguiu na Justiça que os planos de saúde garantam a cobertura integral e sem limite de sessões de terapia ABA (Applied Behavior Analysis/ Análise do Comportamento Aplicada) para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A conquista aconteceu após o parlamentar ingressar com Ação Civil Pública, por meio do Ibedec - Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo, em março.

A decisão do juiz titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José Américo Abreu Costa, foi publicada em meio à pandemia de coronavírus e representa uma grande conquista para muitas famílias que lutam por esse direito, como afirma Poliana Gatinho, mãe do João Lucas, de 4 anos, autista.

A ação foi fundamentada após reuniões realizadas com a presença de pais e responsáveis legais de crianças com autismo e com a participação do Procon/MA. Uma das principais reclamações se referia às inúmeras negativas de cobertura da Terapia ABA pelos planos de saúde demandados. Em muitos casos, mesmo com relatório médico fundamentado solicitando a Terapia ABA como tratamento aos pacientes, diante de sua eficácia no desenvolvimento psicomotor e social das pessoas com autismo, os planos de saúde demandados sonegam este direito básico a esta parcela fragilíssima da população.

Duarte explica que, conforme informações levantadas nessas reuniões, as crianças, quando submetidas a intervenções regulares e perenes baseadas em ABA, mostram uma excelente evolução, potencializando exponencialmente seu comportamento na sociedade. “Mais uma vitória na defesa dos direitos das pessoas com autismo! Muito orgulho desta decisão, pois vai garantir um adequado atendimento e tratamentos às pessoas com autismo. Conquista de muitas famílias que lutam por esse direito”, comemorou.

O parlamentar informa ainda que o artigo 196 da Constituição Federal elevou o direito à saúde ao status de garantia fundamental, direito que deve ser resguardado e respeitado por todos.

Poliana explicou que, atualmente, quando se chega a 40 sessões por ano (aniversário do plano, período no qual o convênio foi contratado), as sessões são limitadas. Como a terapia é diária, antes de 2 meses de atendimento as 40 sessões são atingidas. Com isso, as mães precisam entrar na Justiça para ter acesso à terapia e as crianças ficam um tempo considerado sem o tratamento, pois as decisões demoram. “O autismo não tem alta médica. É um transtorno que precisa da terapia o tempo todo, então não tem como limitar. Com essa decisão, a vida de todas as mães será facilitada, pois não precisarão recorrer à Justiça para garantir seus direitos e estarão focadas em cuidar dos seus filhos”, ressaltou.

## **Lourival Serejo apresenta metas específicas do TJMA para o biênio**

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, apresentou as metas específicas da sua gestão para o biênio que se inicia - abril de 2020 a abril de 2022. O primeiro item, dos 28 da lista, é implantar, em caráter definitivo, a Gestão Documental no TJMA, incorporando-a como política permanente de cunho institucional.

A inserção do Tribunal de Justiça no Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e a inauguração do Memorial da Justiça Estadual também estão nos planos da gestão.

Ainda estão na relação, itens como o fortalecimento da política de sustentabilidade, inclusive com uso de energia solar; garantia de maior eficiência dos gastos públicos, a partir da intensificação da transparência e planejamento de obras no âmbito da Diretoria de Engenharia, Obras e Serviços; combate às fake news; aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira e o incremento na qualidade do trabalho, dentre outros.

**INOVAÇÕES** - Uma das inovações pretendidas é implementar, junto à Diretoria de Informática e Automação, as ferramentas necessárias para a excelência do parque tecnológico, a exemplo da inteligência artificial, com utilização de robôs, automação de processos e integração dos sistemas.

A modernização administrativa e a criação do Núcleo de Inovação tecnológica estão alinhadas a essa ação.

Há a intenção de concluir a migração do sistema de tramitação dos processos para o PJe (Processo Judicial eletrônico), garantindo, assim, a estabilidade da gestão processual.

**RESPEITO** - Uma das metas do presidente Lourival Serejo é instalar a 2ª Vara da Fazenda, na Comarca de Imperatriz, e a Vara de Idosos, na Comarca da Ilha. Em outra, a gestão do desembargador pretende assegurar o respeito aos direitos fundamentais aos diversos grupos da sociedade, garantindo-lhes o acesso à Justiça contra qualquer tipo de preconceito e violência.

Mais um objetivo é o desenvolvimento de programas, disponibilidade de pessoal, atenção aos prazos processuais, atuações tópicas, tudo com o propósito de atender a infância e a juventude do estado.

**ACESSIBILIDADE E VISIBILIDADE** - A nova gestão quer fortalecer a atuação interinstitucional do Judiciário com os demais poderes e incentivar maior aproximação com a sociedade, na democratização da linguagem jurídica e na acessibilidade.

O desenvolvimento de projetos institucionais em escolas, faculdades e universidades, que visem alcançar visibilidade da Justiça, também está entre as iniciativas institucionais, assim como realizar o Hackathon - espécie de encontro de programadores, designers e outros profissionais da área de desenvolvimento de software - com alunos universitários dos cursos de computação, para auferir sugestões e práticas a serviço da gestão judiciária.

QUALIDADE DO TRABALHO - Dentro da perspectiva de melhorar a qualidade, nos aspectos quantitativo e qualitativo, está o desejo de dotar magistrados e servidores de ferramentas que potencializem o trabalho realizado.

Ainda nesta linha de raciocínio, um dos objetivos é organizar um banco de projetos criados e executados por juízes, em suas varas e comarcas, e programar uma política institucional de capacitação permanente dos servidores, com apoio da Esmam, além de estimular suas criatividade, em busca de soluções de entraves operacionais.

O TJMA pretende reestruturar e aprimorar a Semana de Valorização dos Servidores e estabelecer a melhoria do clima organizacional, estimulando a empatia em um ambiente saudável de trabalho.

CONCILIAÇÃO - Também pretende intensificar o apoio aos núcleos de conciliação, em atenção à Meta 3, do CNJ, a despeito da excelência do trabalho desenvolvido nessa área.

Outra meta da lista é incentivar medidas que assegurem a saúde dos magistrados e servidores, com atenção para o fator emocional.

## **Coronavírus: Instituições públicas fazem ações solidárias para ajudar famílias carentes no Maranhão**

Órgãos públicos, instituições de ensino e universidades unem força de servidores para dar suporte à população de baixa renda no estado

Em virtude da pandemia de coronavírus (Covid-19), todos os maranhenses precisaram abrir mão de atividades presenciais e lidar com a suspensão de atividades em comércios, serviços públicos e instituições de ensino. Esse isolamento, no entanto, não é capaz de impedir que a solidariedade prevaleça. Por isso, iniciativas desses setores têm ajudado a aliviar a crise que prejudica ainda mais a condição de famílias carentes.

Já a Assembleia Legislativa do Maranhão entregou 100 mil cestas básicas à população de baixa renda, adquiridas por meio do Projeto de Resolução Legislativa 23/20, como forma de contribuir, de forma emergencial, com a alimentação dessas pessoas e tentar atenuar a crise decorrente da pandemia do novo coronavírus no Maranhão e das inundações em diversos municípios maranhenses. Segundo a Assembleia, a distribuição das cestas básicas foi feita por meio do Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal, entre eles o Bolsa Família, no qual já estão identificadas e registradas as famílias em situação de vulnerabilidade social e de insegura alimentar.

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) criou, em Santa Inês, o Comitê Local para Prevenção ao Avanço do novo Coronavírus, para realizar a doação de cestas básicas às famílias dos estudantes da unidade que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A ação, que foi denominada de IFMA Solidário, teve a contribuição de servidores e doadores externos. Foram 71 cestas básicas entregues entre os dias 05 e 11 de abril. Participaram da entrega servidores, estudantes e colaboradores do Campus às famílias dos estudantes residentes em Santa Inês, Pindaré Mirim, Monção, Igarapé do Meio e Bela Vista, em sua maioria na zona rural. Já na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), alunos e professores já se uniram em diversos projetos para produção de álcool em gel para doação e também para produção de dez mil máscaras em um mês, a serem distribuídas gratuitamente a comunidades do Itaqui-Bacanga, graças a uma parceria que envolve a participação de dez costureiras do Sá Viana, Vila Verde e Conjunto Bacelar, bairros do entorno da Universidade. Além disso, a instituição também antecipou a Colação de Grau de alunos que estejam no último período dos cursos de Medicina, Farmácia e Enfermagem para ajudar na linha de frente ao combate do novo coronavírus.

Já o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) está participando de uma ação em Rede, com o intuito de confeccionar equipamentos de proteção individual (EPI's) que serão doados para a Rede Pública de Saúde, estadual e municipal, para auxiliar no combate à pandemia do COVID-19.

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) também promove uma Campanha Solidária. Entre elas está uma ação com o objetivo de atender 100 famílias carentes com cestas básicas na região da Cidade Operária. Um "Fundo Solidário" foi criado onde pode receber tanto doações de alimentos no prédio do curso de Arquitetura, no Centro Histórico, quanto em dinheiro via transferência bancária (agência 5750-9; conta-corrente 753-6; Banco do Brasil - CNPJ: 06145017000113; Fundo Solidário).

O Fórum de Dom Pedro, a 324 km de São Luís, entregou, no dia 16 de abril, mais de cinco toneladas de alimentos para cerca de 700 famílias das zonas urbana e rural do município em situação de vulnerabilidade

social, em razão do isolamento social ocasionado pela pandemia Covid-19.

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) também fez doações. Foram 115 cestas básicas que vão beneficiar instituições assistencialistas de sete comunidades de São Luís. Através de uma vaquinha online, a Defensoria arrecadou R\$ 10.208,85. Desse valor, foram doados R\$ 1.000 para o Lar São Francisco, que abriga idosos, e mais R\$ 1.000 para as Casas Doce Lar e Conviver, que abrigam crianças, ambas em Imperatriz. Para a aquisição das 115 cestas básicas entregues em São Luís, a instituição gastou R\$ 4.081,35.

O valor restante, R\$ 4.127,50, será usado para a compra de medicamentos que beneficiarão pessoas abrigadas nas casas mantidas pelo Município de São Luís, numa parceria com a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas).

## **Duarte conquista na Justiça a cobertura integral e sem limite de sessões de terapia ABA para pessoas com autismo**

Com a decisão, os planos de saúde devem garantir esse direito às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sem que precisem recorrer à Justiça

Neste semana, o deputado estadual Duarte Jr (Republicanos) informou que conseguiu na Justiça que os planos de saúde garantam a cobertura integral e sem limite de sessões de terapia ABA (Applied Behavior Analysis/ Análise do Comportamento Aplicada) para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A conquista aconteceu após o parlamentar ingressar com Ação Civil Pública, por meio do Ibedec - Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo, em março.

A decisão do juiz titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José Américo Abreu Costa, foi publicada em meio à pandemia de coronavírus e representa uma grande conquista para muitas famílias que lutam por esse direito, como afirma Poliana Gatinho, mãe do João Lucas, de 4 anos, autista.

A ação foi fundamentada após reuniões realizadas com a presença de pais e responsáveis legais de crianças com autismo e com a participação do Procon/MA. Uma das principais reclamações se referia às inúmeras negativas de cobertura da Terapia ABA pelos planos de saúde demandados. Em muitos casos, mesmo com relatório médico fundamentado solicitando a Terapia ABA como tratamento aos pacientes, diante de sua eficácia no desenvolvimento psicomotor e social das pessoas com autismo, os planos de saúde demandados sonegam este direito básico a esta parcela fragilíssima da população.

Duarte explica que, conforme informações levantadas nessas reuniões, as crianças, quando submetidas a intervenções regulares e perenes baseadas em ABA, mostram uma excelente evolução, potencializando exponencialmente seu comportamento na sociedade. “Mais uma vitória na defesa dos direitos das pessoas com autismo! Muito orgulho desta decisão, pois vai garantir um adequado atendimento e tratamentos às pessoas com autismo. Conquista de muitas famílias que lutam por esse direito”, comemorou.

O parlamentar informa ainda que o artigo 196 da Constituição Federal elevou o direito à saúde ao status de garantia fundamental, direito que deve ser resguardado e respeitado por todos.

Poliana explicou que, atualmente, quando se chega a 40 sessões por ano (aniversário do plano, período no qual o convênio foi contratado), as sessões são limitadas. Como a terapia é diária, antes de 2 meses de atendimento as 40 sessões são atingidas. Com isso, as mães precisam entrar na Justiça para ter acesso à terapia e as crianças ficam um tempo considerado sem o tratamento, pois as decisões demoram. “O autismo não tem alta médica. É um transtorno que precisa da terapia o tempo todo, então não tem como limitar. Com essa decisão, a vida de todas as mães será facilitada, pois não precisarão recorrer à Justiça para garantir seus direitos e estarão focadas em cuidar dos seus filhos”, ressaltou.

## **Edital abre inscrições para concorrência de advogados às vagas de membros juristas substitutos**

Estão abertas as inscrições para advogados concorrerem às vagas de membros suplentes na categoria jurista do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). O Tribunal de Justiça do Maranhão publica o edital com base no Ofício nº 928/2020-TRE-MA/PR e seguirá a Resolução GP nº 19/2018, que dispõe das regras para a inscrição.

As inscrições só poderão ser realizadas através do e-mail: [divprotocolo@tjma.jus.br](mailto:divprotocolo@tjma.jus.br)

As vagas são ocupadas atualmente pelos advogados Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos, cujo 1º biênio do mandato encerra-se no dia 02 de agosto de 2020 e José Cavalcante de Alencar Júnior com encerramento do 1º biênio em 21 de agosto de 2020.

O prazo para as inscrições dos advogados é de cinco dias úteis, a contar da data de publicação do Edital IMJT-GP nº 02/2020 no Diário da Justiça Eletrônico. O pedido deve ser protocolado junto ao Protocolo Administrativo do TJMA, mediante apresentação dos seguintes documentos: certidão atualizada da Seção da OAB em que o advogado estiver inscrito (com data de inscrição definitiva, ocorrência de sanção disciplinar e do histórico de impedimentos e licenças, se existentes); certidões atualizadas da Justiça Federal, Estadual ou do Distrito Federal e Eleitoral (crimes eleitorais e filiação partidária); documentos comprobatórios do exercício da advocacia; e currículo.

Para concorrer à vaga, o advogado precisa comprovar 10 anos de prática profissional, consecutivos ou não. Qualquer relação de parentesco com membro da Corte Judiciária estadual ou eleitoral precisa ser indicada no momento da inscrição. Não são aceitos pedidos por telefone, e-mail ou fax.

## **Presidente Lourival Serejo apresenta metas específicas do TJMA para o biênio**

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, apresentou as metas específicas da sua gestão para o biênio que se inicia - abril de 2020 a abril de 2022. O primeiro item, dos 28 da lista, é implantar, em caráter definitivo, a Gestão Documental no TJMA, incorporando-a como política permanente de cunho institucional.

A inserção do Tribunal de Justiça no Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e a inauguração do Memorial da Justiça Estadual também estão nos planos da gestão.

Ainda estão na relação, itens como o fortalecimento da política de sustentabilidade, inclusive com uso de energia solar; garantia de maior eficiência dos gastos públicos, a partir da intensificação da transparência e planejamento de obras no âmbito da Diretoria de Engenharia, Obras e Serviços; combate às fake news; aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira e o incremento na qualidade do trabalho, dentre outros.

**INOVAÇÕES** - Uma das inovações pretendidas é implementar, junto à Diretoria de Informática e Automação, as ferramentas necessárias para a excelência do parque tecnológico, a exemplo da inteligência artificial, com utilização de robôs, automação de processos e integração dos sistemas.

A modernização administrativa e a criação do Núcleo de Inovação tecnológica estão alinhadas a essa ação.

Há a intenção de concluir a migração do sistema de tramitação dos processos para o PJe (Processo Judicial eletrônico), garantindo, assim, a estabilidade da gestão processual.

**RESPEITO** - Uma das metas do presidente Lourival Serejo é instalar a 2ª Vara da Fazenda, na Comarca de Imperatriz, e a Vara de Idosos, na Comarca da Ilha. Em outra, a gestão do desembargador pretende assegurar o respeito aos direitos fundamentais aos diversos grupos da sociedade, garantindo-lhes o acesso à Justiça contra qualquer tipo de preconceito e violência.

Mais um objetivo é o desenvolvimento de programas, disponibilidade de pessoal, atenção aos prazos processuais, atuações tópicas, tudo com o propósito de atender a infância e a juventude do estado.

**ACESSIBILIDADE E VISIBILIDADE** - A nova gestão quer fortalecer a atuação interinstitucional do Judiciário com os demais poderes e incentivar maior aproximação com a sociedade, na democratização da linguagem jurídica e na acessibilidade.

O desenvolvimento de projetos institucionais em escolas, faculdades e universidades, que visem alcançar visibilidade da Justiça, também está entre as iniciativas institucionais, assim como realizar o Hackathon - espécie de encontro de programadores, designers e outros profissionais da área de desenvolvimento de software - com alunos universitários dos cursos de computação, para auferir sugestões e práticas a serviço da

gestão judiciária.

**QUALIDADE DO TRABALHO** - Dentro da perspectiva de melhorar a qualidade, nos aspectos quantitativo e qualitativo, está o desejo de dotar magistrados e servidores de ferramentas que potencializem o trabalho realizado.

Ainda nesta linha de raciocínio, um dos objetivos é organizar um banco de projetos criados e executados por juízes, em suas varas e comarcas, e programar uma política institucional de capacitação permanente dos servidores, com apoio da Esmam, além de estimular suas criatividade, em busca de soluções de entraves operacionais.

O TJMA pretende reestruturar e aprimorar a Semana de Valorização dos Servidores e estabelecer a melhoria do clima organizacional, estimulando a empatia em um ambiente saudável de trabalho.

**CONCILIAÇÃO** - Também pretende intensificar o apoio aos núcleos de conciliação, em atenção à Meta 3, do CNJ, a despeito da excelência do trabalho desenvolvido nessa área.

Outra meta da lista é incentivar medidas que assegurem a saúde dos magistrados e servidores, com atenção para o fator emocional.